

COPRODUÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE PRÁTICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS VERSUS PRIVADAS

ALINE DA SILVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

COPRODUÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE PRÁTICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS *VERSUS* PRIVADAS

RESUMO

A coprodução tem sido uma das estratégias participativas de produção de serviços públicos alinhadas a perspectivas contemporâneas de cidadania, responsabilidade civil e gestão social. No campo da educação, é compreendida como a participação ativa de usuários e cidadãos na formulação, entrega e avaliação dos serviços educacionais. Este estudo tem como objetivo analisar as práticas da coprodução nas escolas públicas *versus* privadas, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando protocolos metodológicos rigorosos (PRISMA 2020 e Tranfield et al., 2003) a fim de compreender como a coprodução se manifesta nesses dois contextos educacionais distintos. Os resultados revelam que, nas escolas públicas, a coprodução é predominantemente estruturada por instrumentos institucionais como conselhos escolares e orçamentos participativos, voltada para a superação de limitações estruturais e a promoção da equidade no acesso à educação. Já nas escolas privadas, a coprodução tende a ocorrer de forma mais informal e orientada por uma lógica de mercado, focando na personalização do ensino e na satisfação dos *stakeholders*. O estudo contribui ao campo da administração e das políticas públicas ao: (i) sistematizar o conhecimento existente sobre coprodução na educação pública e privada; (ii) evidenciar os fatores contextuais que moldam tais práticas; e (iii) oferecer subsídios teóricos para políticas educacionais mais participativas e inclusivas.

Palavras-chave: Gestão Social; Coprodução; Educação; Escolas Públicas; Escolas Privadas.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de ênfase à democracia e à práticas que envolvam a participação cidadã, como a gestão social, que realça a importância do envolvimento civil na construção de suas realidades e na governança pública, a coprodução tem emergido como uma estratégia de produção de destaque principalmente no campo da administração pública e da gestão educacional, sendo percebida como um processo colaborativo entre servidores, cidadãos, usuários e instituições para a prestação de serviços educacionais.

Bovaird et al. (2021) definem a coprodução como um modelo que envolve diferentes partes interessadas na produção e entrega de serviços públicos. No contexto educacional, ela se traduz no engajamento conjunto e voluntário de professores, gestores, alunos, famílias e outros atores para promover práticas colaborativas que melhorem o aprendizado e o bem-estar da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, a coprodução configura-se como um elemento fundamental para a gestão escolar, na medida em que contribui para o desenvolvimento e o envolvimento da comunidade escolar na elaboração de projetos e na participação nas decisões institucionais. No contexto educacional, Pestoff (2009) destaca que a coprodução é inerente à prestação de determinados bens e serviços, pois não é possível promover a aprendizagem sem algum grau de engajamento dos educandos, que interagem ativamente com os profissionais em processos pedagógicos. Contudo, para além das práticas de coproduções naturalmente realizadas, como a participação de alunos nas aulas, as oportunidades de coprodução podem ser ampliadas, melhorando ensino, gestão, infraestrutura escolar, dentre outros, gerando benefícios para além dos alunos. Esse processo fortalece o envolvimento nas tomadas de decisão, impulsionando, assim, a melhoria da qualidade da educação.

A participação cidadã, como destaca Rocha et al. (2021), é um elemento estruturante da coprodução, estabelecendo um elo direto com a educação. Essa abordagem teórica encontra suporte em estudos como os de Elinor Ostrom (1996), ganhadora do prêmio Nobel de Ciências Econômicas, que analisou a coprodução no contexto da educação na Nigéria, e Pestoff (2006), que exploraram experiências semelhantes em países europeus. Essas pesquisas priorizam a colaboração entre escolas e comunidades, enfatizando sua importância para a entrega de serviços educacionais mais eficazes.

Além dos agente do âmbito interno, a coprodução pode e deve envolver atores externos da comunidade escolar, como por exemplo as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), ao ofertarem cursos extracurriculares, ou desenvolverem atividades de acessibilidade; os vizinhos, que podem contribuir com reforma escolar, cultivo de hortas, manutenção e segurança da infraestrutura escolar; empresas e empreendimentos privados podem ser parceiros de eventos escolares; assim como outras escolas e instituições de ensino podem atuar nessa parceria (Costa e Caldas, 2025).

Em instituições escolares públicas e privadas, as formas de coprodução podem variar em função de fatores como a cultura e sistema de valores, os recursos disponíveis, a autonomia administrativa e os objetivos institucionais. As escolas públicas, por exemplo, frequentemente enfrentam limitações financeiras e dependem de políticas governamentais, enquanto as escolas privadas dispõem de maior flexibilidade administrativa e tendem a promover uma participação mais direta das famílias, impulsionadas por uma lógica de mercado. (Da Silva *et al.* 2019)

Batista (2015) destaca que a introdução de elementos de quase-mercado na política educativa promoveu a autonomia das escolas e incentivou a concorrência entre elas, o que levou as instituições a desenvolverem estratégias competitivas para atrair famílias e alunos. Esse ambiente competitivo estimula as escolas a diversificarem sua oferta educativa e a se aproximarem das famílias, promovendo uma participação mais direta dos pais e responsáveis no processo educacional.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que esses diferenciais no contexto público *versus* privado podem diferenciar e influenciar, positiva ou negativamente, a prática da coprodução, gerando efeitos diversos conforme o contexto educacional em que ocorrem. Para compreender melhor esta perspectiva, este artigo tem por objetivo analisar as práticas da coprodução nas escolas públicas *versus* privadas. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão sistemática da literatura.

Pretende-se contribuir com o entendimento do papel da coprodução na melhoria dos serviços educacionais, especialmente ao identificar as formas de coprodução em escolas públicas e privadas. Ao explorar como diferentes atores colaboram para enfrentar desafios educacionais, o artigo oferece subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam maior participação cidadã, integração entre comunidades e escolas, além do aprimoramento da qualidade do ensino.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória, utilizando-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como método. Para a realização da RSL, utilizou-se dois protocolos: o de Tranfield et al. (2003) e o Protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021), que juntos fornecem criticidade e rigor científico para a revisão sistemática. O modelo consiste em três fases, descritas a seguir.

2.1 Fase I: Planejamento

Nesta fase, a problemática da pesquisa foi definida através da identificação da necessidade do estudo, orientada pela formulação das seguintes questões-chaves às quais a RSL se propôs a responder:

- a) O que se entende por coprodução no âmbito de serviços educacionais público *versus* privado?
- b) Quais os tipos de coprodução são encontrados nas escolas públicas *versus* privada?
- c) Quais os autores envolvidos nas ações de coprodução em escolas públicas *versus* privada, e quais os efeitos decorrentes encontraram?
- d) Quais fatores contextuais influenciam as diferenças nas práticas de coprodução educacional entre instituições públicas e privadas?
- e) Quais as lacunas de pesquisas encontradas sobre coprodução em escolas públicas *versus* privadas?

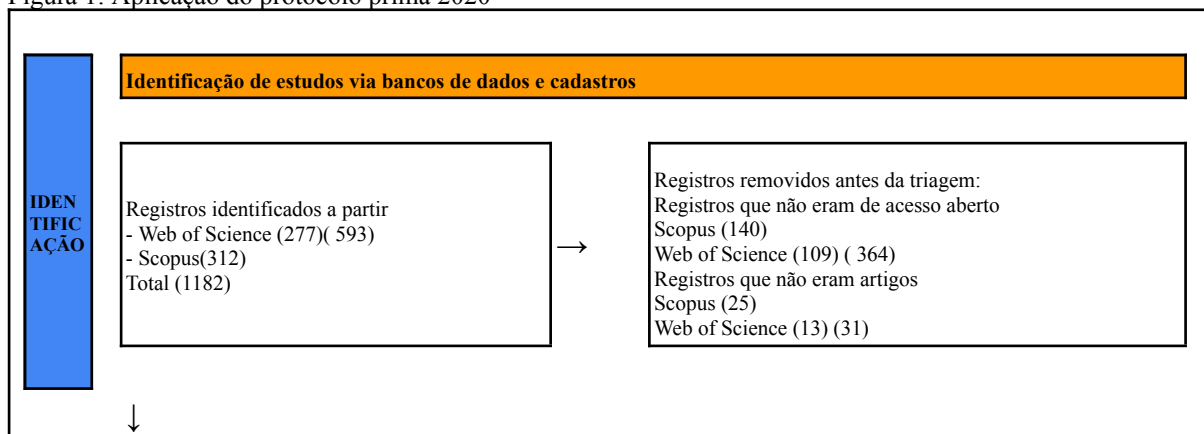
Essas questões orientam a pesquisa, buscando conhecer e compilar como os autores conceituam coprodução e conhecer as práticas de conhecer as duas faces dos efeitos da coprodução na educação pública e privada e como são elencadas por teóricos.

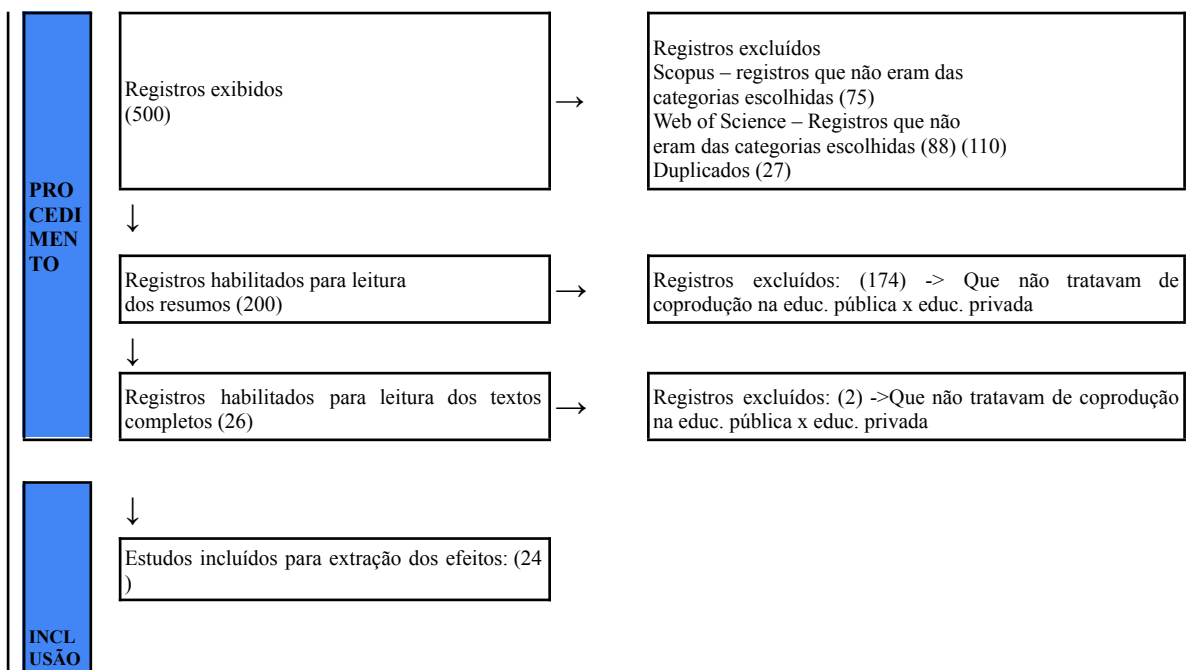
2.2 Fase II: Condução da RSL

Nesta etapa, aplicou-se o protocolo PRISMA 2020 com o objetivo de refinar e selecionar os artigos que seriam incluídos na presente RSL. Foram definidas as palavras-chave e os critérios de exclusão para orientar a pesquisa, além de realizadas leituras dos resumos e, posteriormente, dos trabalhos completos a serem analisados e selecionados. A aplicação do PRISMA neste estudo é detalhada na Figura 1.

Inicialmente, foram realizadas buscas nas bases de dados mais relevantes na área de Administração, Scopus (em 12/08/2024, totalizando 312 artigos) e Web of Science (em 13/08/2024, com o total de 277 artigos). O objetivo foi identificar artigos que tratassem das formas de coprodução na educação pública e privada. Para ambas as bases de dados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "*coproduction*" OR "*co-production*" OR "*civil participation*" OR "*participation of civil*" AND "*education*" OR "*school**" OR "*teaching*" OR "*services educ**" AND "*public*" OR "*private*". Tendo obtido um número baixo de artigos para amostra final, foi realizada uma nova busca na Web of Science (em 22/10/2024) com as seguintes palavras chaves "*civic participation*" (*Topic*) and "*education*" or "*school*" or "*teaching*" (*Topic*) or "*public education**" (*Topic*) and "*private education*" (*Topic*). Essa nova busca resultou em uma amostra de 593 artigos (Ver Figura 1).

Figura 1: Aplicação do protocolo prima 2020





Fonte: Elaborado pelas autoras

Nos bancos de dados iniciais foram aplicados os filtros de busca “Acesso Aberto” e “Tipo de Documento”, com intuito de excluir os documentos de acesso fechado e que não se qualificam como artigos. Para o processo de triagem optou-se por utilizar filtros por áreas de estudos nas bases de dados selecionadas, com a finalidade de obter resultados de busca que fossem corresponder ao objetivo do estudo. As áreas de estudo buscadas, apesar de distintas em cada base, abrangem tópicos pertinentes à coprodução na educação, participação civil e administração.

Na primeira base da *Web of Science*, portanto, foram aplicadas as seguintes áreas: *public administration, education educational research, management, social issues, business, education scientific disciplines, social work*, entendendo que essas são temáticas pertinentes ao estudo. No segundo base foram aplicadas as seguintes categorias *Social Issues, Social Work, Business, Education Educational Research, Psychology Multidisciplinary, Political Science, Social Sciences Interdisciplinary, Public Administration, History Of Social Sciences*. Já na Scopus as áreas de estudos aplicadas foram *Social Sciences, Business, Management and Accounting, Economics, Econometrics and Finance*.

Após o levantamento dos registros, foram lidos os resumos de 200 artigos, sendo inicialmente excluídos os artigos que não abordavam as formas de coprodução na educação pública ou privada. Dessa forma, 26 artigos foram selecionados para leitura completa. Após essa etapa, 2 artigos foram excluídos por não tratarem especificamente da coprodução nos serviços educacionais, restando, assim, 24 artigos para compor a Revisão Sistemática da Literatura (RSL).

A amostra final da revisão RSL, compreende 24 artigos com datas entre 2006 e 2024. Nessa amostra, pode-se observar um crescimento significativo da produção acadêmica a partir de 2016, especialmente nos anos mais recentes, indicando um aumento do interesse por temas de coprodução na educação.

Os estudos estão presentes em diferentes países, com destaque para Brasil (5), Espanha (3), Reino Unido (3) e Estados Unidos (2). Também há presença de investigações na Rússia (2), Chile (2), França (1), Colômbia (1) e Itália (1), além de estudos comparativos e transnacionais. Essa diversidade territorial sugere que a coprodução em contextos escolares é uma preocupação compartilhada, ainda que com diferentes abordagens contextuais. O Brasil

se destaca com cinco publicações, indicando um interesse emergente no tema por parte da literatura nacional, especialmente relacionada à atuação de familiares e comunidades escolares em contextos públicos.

Tendo em vista que os artigos "A coprodução no serviço público educacional: suas fases e efeitos" (Costas e Caldas, 2024) e "*The who, when, and what of coproduction*" (Nabatchi, Sancino e Sicilia, 2017) não foi encontrado na base de dados Web of Science, decidimos incluí-los, pois derivam de leituras paralelas e prévias de imersão no conteúdo sobre coprodução.

2.3 Fase III: Relatório da RSL

Esta fase corresponde à apresentação e compilação dos achados da revisão. O tópico 3, "Resultados e Análises", aborda a Fase III desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A seguir, são apresentadas as respostas às questões norteadoras, acompanhadas da análise dos resultados encontrados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), foi possível identificar e analisar as diferentes práticas e motivações da coprodução no âmbito educacional, comparando escolas públicas e privadas. A seguir, apresenta-se a análise com base nas categorias estruturantes que emergiram dos 24 estudos selecionados, respondendo cada pergunta norteadora da pesquisa.

3.1 A compreensão do conceito da coprodução aplicados aos contextos educacionais públicos e privados

A coprodução refere-se à participação ativa de cidadãos, usuários e demais partes interessadas na concepção, implementação e avaliação de serviços públicos, em parceria com os agentes estatais ou privados responsáveis pela sua oferta (Bovaird, 2007; Osborne, 2018). No campo da administração pública, tem como referência os estudos pioneiros de Elinor Ostrom (1996), que defende que a coprodução destaca-se por deslocar o foco do usuário como receptor para uma posição de co-responsabilidade na geração de valor público ou privado. Essa forma de pensar a gestão tem se expandido para diversos setores, incluindo a educação, desafiando modelos tradicionais de prestação de serviços e promovendo novas formas de governança, mais participativas, democráticas e responsivas às demandas sociais.

No campo educacional, a coprodução é amplamente compreendida como um processo colaborativo entre múltiplos atores: gestores, professores, famílias, estudantes e comunidades, que visa à melhoria dos serviços educacionais (Bovaird et al., 2021). No contexto das escolas públicas, a coprodução se manifesta como uma estratégia fundamental para superar limitações estruturais e financeiras, promovendo maior equidade no acesso e na qualidade da educação (Soares & Farias, 2018, 2019; Alinsunurin, 2020; Corpo & Hogg, 2022; Cruz et al., 2023)).

Em contraste, nas escolas privadas, a coprodução aparece fortemente associada à lógica de mercado, orientada pela busca de diferenciação competitiva e pela personalização dos serviços educacionais segundo as expectativas dos *stakeholders* (Zancajo et al., 2022). Essas diferenças revelam que, embora a coprodução esteja presente nos dois setores, ela assume significados e propósitos distintos, moldados pelas características contextuais e institucionais de cada tipo de escola. Nesse sentido, diversos autores têm contribuído para o entendimento do que coprodução na educação conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Definições da coprodução na educação

Atores	Definição de coprodução na educação
Bovaird et al. (2021)	Destacam a coprodução como co-entrega de serviços públicos com envolvimento ativo de usuários e comunidades para melhoria contínua dos serviços educacionais.
Soares & Farias (2018, 2019)	Enfatizam a coprodução como estratégia para ampliar participação de famílias na educação pública, superando limitações estruturais e promovendo equidade.
Silva & Teixeira (2018)	Ressaltam o papel fundamental das famílias na coprodução escolar, indicando que a participação ativa das famílias contribui para a melhoria dos serviços educacionais.
Costa (2024)	Define a coprodução como processo multifásico que envolve desde a concepção até a avaliação dos serviços educacionais, com impacto positivo na qualidade do ensino.
Zancajo et al. (2022)	Observam que na educação privada a coprodução está associada à lógica de mercado, centrada na personalização e satisfação das expectativas dos usuários.
Pestoff (2012)	Aborda a coprodução como uma colaboração entre Estado, mercado e sociedade civil, fundamental para o sucesso da governança educacional.
Rocha et al. (2021)	Destacam os elementos estruturantes para coprodução do bem público, enfatizando a importância da integração entre atores para o êxito da coprodução na educação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Podemos observar na Tabela 1 que as definições sobre coprodução na educação apresentam diferentes perspectivas conceituais, refletindo uma pluralidade de entendimentos e abordagens. Essa multiplicidade conceitual evidencia que a coprodução na educação é um campo em constante evolução, moldado pelas características contextuais e institucionais de cada realidade educacional.

3.2 Tipos de coprodução identificados nas escolas públicas e privadas

A partir das leituras, é possível compreender a diversidade de práticas de coprodução nos contextos educacionais por meio da matriz 3x4, proposta por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017). Essa tipologia concebe a coprodução como um fenômeno multidimensional, articulando três níveis de participação (individual, grupal e coletivo) com quatro fases do ciclo do serviço público: co-comissionamento (definição de prioridades), co-design (planejamento e desenho dos serviços), co-entrega (execução conjunta dos serviços) e co-avaliação (monitoramento e *feedback*). A aplicação dessa matriz amplia a capacidade analítica sobre as formas de envolvimento dos cidadãos na prestação de serviços.

Observa-se que nos sistemas públicos de ensino, prevalecem práticas institucionais de coprodução estruturadas e composição grupal, como a participação em conselhos escolares, conselhos de classe e orçamentos participativos (Souza & Schommer, 2023; Galli et al., 2021; Donato & Alonso, 2020; Morales, 2024; Lasala-Navarro & Etxebarria-Kortabarria, 2020). Tais mecanismos buscam legitimar decisões, democratizar a gestão e fomentar o envolvimento da comunidade na definição de prioridades educacionais.

Já nas escolas privadas, a coprodução tende a assumir formas mais informais e individualizadas, como reuniões periódicas com pais, aplicação de instrumentos de *feedback* direto e, em alguns casos, a participação em comitês de desenvolvimento curricular (Zhiltsov et al., 2022; Huber et al., 2020; da Silva et al., 2020; Lloyd, 2015). Essas práticas são voltadas à construção de uma oferta educacional alinhada às demandas específicas de seu público-alvo (Bifulco & Ladd, 2006; Zancajo et al., 2022).

Como síntese dessas diferenças, apresenta-se na tabela 2, que sistematiza os aspectos comparativos entre escolas públicas e privadas, conforme identificados na RSL:

Tabela 2 – Tipos e características de Coprodução em Escolas Públicas versus Privadas

Aspecto	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Motivação	Superar limitações de recursos; promover equidade. - Soares & Farias (2018, 2019)	Atender expectativas dos <i>stakeholders</i> ; personalização - Huber et al. (2020); Zhiltsov et al. (2022); da Silva et al. (2020)
Formas de Participação	Conselhos escolares; orçamentos participativos. (níveis grupal e coletivo – co-comissionamento, co-design, co-avaliação) - Souza & Schommer (2023); Soares & Farias (2018, 2019)	Reuniões com pais; feedback direto - (Níveis individual e grupal – co-design e co-entrega.) Zhiltsov et al. (2022); Huber et al. (2020); da Silva et al. (2020)
Desafios	Engajamento contínuo; recursos limitados, - Corpo & Hogg (2022); Alinsunurin (2020); Soares & Farias (2018)	Inclusão de todas as vozes; evitar elitização - Huber et al. (2020); Zancajo et al. (2022)
Resultados Esperados	Melhoria na qualidade e equidade do ensino,- Soares & Farias (2018, 2019); Corpo & Hogg (2022); Alinsunurin (2020)	Satisfação dos <i>stakeholders</i> ; diferenciação no mercado - da Silva et al. (2020); Zhiltsov et al. (2022); Huber et al. (2020)

Fonte: Dados da Pesquisa (2025) , com base em Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017)

A sistematização apresentada permite observar que as diferenças entre escolas públicas e privadas vão além das práticas específicas adotadas, refletindo motivações, níveis de participação e momentos do ciclo do serviço onde a coprodução se manifesta. Enquanto as escolas públicas tendem a valorizar mecanismos coletivos e estruturados de participação , sobretudo nos estágios de co-comissionamento e co-avaliação, as privadas priorizam estratégias mais individualizadas e direcionadas à co-entrega e ao co-design, com foco na satisfação e fidelização do público-alvo.

3.3 Atores envolvidos e efeitos da coprodução nos serviços educacionais

Em ambos os contextos, os principais atores da coprodução são os gestores escolares, professores, famílias e estudantes. No entanto, a literatura aponta diferenças significativas quanto ao nível de engajamento, aos desafios enfrentados e objetivos da coprodução pretendidos.

Nas escolas públicas, um dos maiores desafios consiste em garantir o engajamento contínuo da comunidade, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica, onde há maior dificuldade em mobilizar recursos humanos e financeiros (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020). Lloyd (2015) evidencia que políticas públicas, como as de primeira infância na Inglaterra, utilizaram a coprodução como estratégia de engajamento cidadão, mas enfrentam desafios para manter a participação de forma efetiva e inclusiva. Além disso, há o desafio de evitar que a coprodução se restrinja a ações formais e burocráticas, sem efetivo impacto na qualidade educacional. Donato & Alonso (2020) destacam que as mães podem exercer papel relevante na coprodução por meio de intervenções sociais transformadoras, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade..

Por outro lado, nas escolas privadas, o desafio recai sobre a necessidade de incluir todas as vozes no processo decisório, evitando que a coprodução se torne uma prática elitizada e excludente, que atenda apenas aos interesses dos grupos mais influentes economicamente (Zancajo et al., 2022), influenciando assimetria de informações e, conseqüentemente, de poder e de decisão. Bifulco & Ladd (2006) observam que a política de mercado , como por exemplo as *charter schools*, pode contribuir com a coprodução, mas pode também restringir a participação de alguns grupos. A manutenção de um equilíbrio entre as

expectativas de personalização e a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade é apontada como uma tensão recorrente.

Além dos atores, níveis de engajamento e dos objetivos, a coprodução nos serviços educacionais gera efeitos relevantes, que podem ser positivos ou desafiadores. Conforme sistematizado por Costa e Caldas (2023), os benefícios potenciais da coprodução estendem-se aos estudantes, como a melhoria no aprendizado, desenvolvendo habilidades socioeconômicas e personalização do ensino; com a comunidade através do fortalecimento dos vínculos sociais e inclusão cidadã; aos professores, engajamento e capacitação; e a gestão melhoria da comunicação, da eficiência dos processos decisórios.

A seguir, apresenta-se a tabela 3 que sintetiza os principais atores envolvidos, os desafios e os objetivos associados à coprodução educacional nos dois tipos de escola:

Tabela 3 – Engajamento e desafios nas escolas públicas *versus* privada

Aspectos	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Principais Atores	<ul style="list-style-type: none"> - Gestores escolares - Professores - Famílias - Estudantes - Comunidade local 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestores escolares - Professores - Famílias - Estudantes - <i>Stakeholders</i> com interesses mercadológicos
Nível de Engajamento	Geralmente variável, com dificuldades de manutenção, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020).	Frequentemente mais ativo, mas orientado por interesses de diferenciação e personalização, podendo favorecer grupos mais influentes (Zancajo et al., 2022).
Principais Desafios	<ul style="list-style-type: none"> - Engajamento contínuo da comunidade. (Souza & Schommer, 2023) - Mobilização de recursos humanos e financeiros limitados. - Evitar práticas meramente formais e burocráticas (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020). 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir participação inclusiva e evitar elitização. - Equilibrar personalização dos serviços com promoção de equidade e qualidade (Zancajo et al., 2022).
Objetivos da Coprodução	<ul style="list-style-type: none"> - Superar limitações estruturais. - Promover equidade no acesso e na qualidade da educação (Soares & Farias, 2018, 2019; Alinsunurin, 2020; Corpo & Hogg, 2022). 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciação competitiva no mercado educacional. (da Silva et al. 2020) - Personalização dos serviços conforme expectativas dos <i>stakeholders</i> (Zancajo et al., 2022).

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A análise comparativa evidencia que, embora os atores sejam em essência os mesmos, os propósitos e os desafios associados à coprodução variam significativamente conforme o contexto institucional. No setor público, a coprodução emerge como uma estratégia para ampliar o acesso e melhorar a qualidade, superando déficits estruturais e financeiros. Já no setor privado, ela se articula predominantemente com a lógica de mercado, voltada para a diferenciação competitiva e a personalização, o que pode reforçar desigualdades ao privilegiar determinados grupos mais influentes economicamente.

Complementarmente, é possível analisar os benefícios gerados pela coprodução a partir da tipologia proposta por Pestoff (2012), que distingue quatro formas principais: participação econômica, participação política, participação social e participação específica do serviço. Essa tipologia amplia a compreensão sobre como as famílias e a comunidade interagem com a escola, seja oferecendo tempo e recursos materiais, influenciando decisões

pedagógicas, contribuindo para eventos sociais ou mesmo substituindo profissionais em determinadas situações.

3.4 Fatores contextuais que influenciam as práticas de coprodução

As diferenças nas práticas de coprodução entre escolas públicas e privadas são fortemente influenciadas por fatores contextuais, como recursos financeiros, grau de autonomia administrativa, políticas públicas e cultura organizacional.

Nas escolas públicas, a coprodução está muitas vezes associada a políticas educacionais e à disponibilidade de recursos, frequentemente escassos, o que limita a capacidade de inovação e a implementação de práticas mais sofisticadas de participação (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020). Além disso, aspectos socioculturais, como o nível de escolaridade das famílias e o capital social das comunidades, impactam no sucesso das iniciativas de coprodução. Galli et al. (2014) ressaltam que, na governança dos serviços de alimentação escolar, a participação ativa da sociedade civil é influenciada por políticas públicas locais e pelo envolvimento comunitário.

Em contraste, as escolas privadas desfrutam de maior autonomia administrativa e flexibilidade para implementar práticas de coprodução ajustadas às demandas de seus públicos. Contudo, essa liberdade também pode reforçar processos de exclusão e segmentação social, ao privilegiar a participação de grupos com maior poder aquisitivo e influência (Zancajo et al., 2022).

Bifulco & Ladd (2006) alertam que a introdução de mecanismos de mercado pode afetar a coprodução e transformar a relação entre escola e comunidade, gerando novas formas de desigualdade. Huber et al. (2020) observam que a desigualdade de acesso à informação e às oportunidades de participação pode aumentar as assimetrias de poder no processo decisório das escolas privadas. Zhiltsov et al. (2022) reforçam que a governança escolar em contextos privados tende a priorizar interesses mercadológicos e de *stakeholders*, o que influencia diretamente as formas de coprodução

Assim, as práticas de coprodução educacional são moldadas não apenas pelas intenções institucionais, mas também pelas condições contextuais e estruturais que limitam ou potencializam a participação cidadã e a colaboração entre escola e comunidade.

Tabela 4 – Engajamento e desafios nas escolas públicas *versus* privada

Aspectos	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Fatores Contextuais	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros limitados (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020) - Dependência de políticas públicas (Galli et al., 2014) - Menor autonomia administrativa (Corpo & Hogg, 2022) - Desigualdade social e educacional (Alinsunurin, 2020) - Capital social comunitário variável (Galli et al., 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior autonomia administrativa (Zancajo et al., 2022) - Flexibilidade para personalização (Huber et al., 2020) - Lógica de mercado (Bifulco & Ladd, 2006) - Desigualdade de acesso à informação (Huber et al., 2020) - Poder aquisitivo dos <i>stakeholders</i> influencia a participação (Zancajo et al., 2022; Zhiltsov et al., 2022)
Práticas de Coprodução	<ul style="list-style-type: none"> - Conselhos escolares e de classe (Souza & Schommer, 2023; Soares & Farias, 2018, 2019) - Orçamentos participativos (Souza & Schommer, 2023) - Parcerias com OSCs (Galli et al., 2014) - Colaboração em projetos pedagógicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com pais e responsáveis para discutir o currículo (Zhiltsov et al., 2022) - Pesquisas de satisfação e <i>feedback</i> (Huber et al., 2020) - Comitês consultivos de pais e responsáveis (da Silva et al., 2020) - Participação em eventos e projetos

	coletivos (Donato & Alonso, 2020) - Eventos comunitários (Corpo & Hogg, 2022)	escolares (Zhiltsov et al., 2022) - Atividades extracurriculares (Bifulco & Ladd, 2006)
Desafios	- Engajar continuamente a comunidade (Corpo & Hogg, 2022; Alinsunurin, 2020) - Superar limitações financeiras e estruturais (Alinsunurin, 2020) - Evitar formalismo e burocracia (Corpo & Hogg, 2022)	- Garantir inclusão e evitar elitização (Zancajo et al., 2022) - Conciliar personalização e equidade (Bifulco & Ladd, 2006) - Minimizar assimetrias de poder e influência (Huber et al., 2020; Zhiltsov et al., 2022)

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Dessa forma, podemos observar que as práticas de coprodução nas escolas públicas e privadas refletem as condições contextuais que estão inseridas.

3.5 Lacunas sobre coprodução de pesquisas sobre coprodução em escolas públicas versus privadas

A análise dos estudos seleciona Revisão Sistemática da Literatura (RSL) apresenta diversas lacunas de produções acadêmicas sobre coprodução no contexto educacional, especialmente quando se trata da comparação entre escolas públicas e privadas. Um primeiro aspecto a se destacar é a concentração dos estudos no âmbito das escolas públicas, em que a coprodução é amplamente analisada como estratégia para superação de déficits estruturais, promoção da equidade e fortalecimento da participação cidadã (Soares & Farias, 2018, 2019; Alinsunurin, 2020). Por outro lado, observa-se uma escassez de pesquisas focadas no setor privado, o que limita a compreensão sobre como práticas de coprodução se desenvolvem em instituições pautadas por lógicas mercadológicas e pela busca da personalização dos serviços.

Além disso, muitas pesquisas apresentam limitações metodológicas que restringem o aprofundamento das análises. Conforme indicado no quadro 2.

Quadro 2 - Limitações das pesquisas

Ano	Título	Autoria	Principais limitações identificadas
2020	Clima de aprendizagem escolar na perspectiva do envolvimento parental e da liderança escolar	Alinsunurin, J.	Baseado em dados PISA 2015; A pesquisa escolar pergunta apenas aos diretores sobre suas estimativas de proporção de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.
2018	Vem educar com a gente: o incentivo de governo e escolas à coprodução da educação por familiares de alunos	Soares, G.F.; Farias, J.S.	Observou necessidade de entendimento da efetividade das ações de incentivo à coprodução e as medidas das relações entre familiares, escolas e estudante
2019	Com quem a escola pode contar?	Soares, G.F.; Farias, J.S.	A coleta de dados junto a familiares de estudantes se limitou ao questionário respondido pelo sujeito de pesquisa, excluindo a participação de analfabetos, e à coleta pela agenda do aluno e nas reuniões de pais, excluindo a participação de familiares que menos coproduzem.
2023	Coprodução em Conselhos Municipais de Educação	Souza, F.A.; Schommer, P.C.	Reconhece-se que há limitações associadas à ação dos CMEs, tanto na elaboração e execução dos Planos como na coprodução na educação e coprodução do controle.

2006	Mudança institucional e coprodução de serviços públicos: efeito das charter schools	Bifulco, R.; Ladd, H.F.	Enfoque nos EUA; resultados limitados ao contexto das charter schools. Dada a natureza transversal do SASS e as limitações de suas medidas de envolvimento parental, no entanto, este estudo é melhor visualizado como uma análise exploratória.
2022	The instrumentation of public subsidies for private schools	Zancajo, A.; Verger, A.; Fontdevila, C.	Foco em regulação e equidade; não explora diretamente práticas de coprodução no nível escolar.

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir das limitações identificadas nos estudos, podemos perceber que existem lacunas significativas na literatura sobre coprodução em escolas públicas *versus* privadas. A maioria das pesquisas concentra-se no setor público, explorando suas dinâmicas institucionais e os desafios relacionados ao engajamento comunitário e à superação de déficits estruturais, como evidenciam os trabalhos de Soares e Farias (2018, 2019) e Alinsunurin (2020). Em contraste, as escolas privadas são menos investigadas sob a ótica da coprodução, e quando aparecem nos estudos, o foco recai mais sobre aspectos regulatórios e de mercado do que sobre práticas concretas no ambiente escolar, como indicam os estudos de Zancajo et al. (2022) e Bifulco e Ladd (2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar as práticas da coprodução nas escolas públicas *versus* privadas, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura. A análise dos estudos selecionados permitiu compreender como a coprodução se manifesta de forma distinta nesses dois setores, evidenciando que, embora presente em ambos os contextos, suas características, motivações e mecanismos de implementação diferem significativamente.

Nas escolas públicas, a coprodução aparece majoritariamente como uma estratégia para superar carências estruturais e promover a equidade educacional. Essas práticas são, em geral, formalizadas por meio de instrumentos institucionais, como conselhos escolares e orçamentos participativos, que buscam envolver múltiplos atores sociais na tomada de decisão e na implementação das políticas públicas educacionais (Verschuere, Brandsen & Pestoff, 2012; Bovaird & Loeffler, 2012; Fugini et al., 2016). Já nas escolas privadas, a coprodução tende a ser guiada por uma lógica de mercado, com foco na personalização dos serviços, no relacionamento com os *stakeholders* e em mecanismos informais de participação, muitas vezes centrados na expectativa de valor agregado à experiência educacional.

As principais contribuições deste estudo são: (i) sistematizar sobre coprodução na educação pública e privada; (ii) evidenciar os fatores contextuais que influenciam tais práticas; e (iii) oferecer subsídios práticos para o desenvolvimento de políticas educacionais que fomentem a participação cidadã e melhorem a qualidade do ensino.

Como limitações, destaca-se a falta de pesquisas que abordam a coprodução na educação privada, o que dificulta uma análise mais profunda e equilibrada. Recomenda-se que estudos futuros explorem com maior profundidade essas práticas, especialmente em escolas privadas, e avaliem os impactos concretos das diferentes formas de coprodução.

Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam como subsídio para gestores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais na promoção de modelos de gestão mais participativos e inclusivos, capazes de fortalecer o protagonismo dos diversos atores envolvidos na construção do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ALINSUNURIN, J.** School learning climate in the perspective of parental involvement and school leadership: lessons for inclusion in public schools. *International Journal of Educational Development*, v. 77, p. 102–110, 2020.
- ARORA, P.; SAHOO, R. K.** A study of the concept of 'citizenship' among the students and teachers of the state of Jammu & Kashmir. *MIER Journal of Educational Studies, Trends and Practices*, v. 12, n. 2, p. 115–123, 2022. Disponível em: <https://www.mierjs.in/index.php/mjestp/article/view/2291>.
- BATISTA, Susana.** As escolas entre as lógicas competitiva e colaborativa: modos de regulação globais num contexto local português. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 77, p. 113–135, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1854>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BIFULCO, R.; LADD, H. F.** Institutional change and coproduction of public services: the effect of charter schools on parental involvement. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 16, n. 4, p. 553–576, 2006.
- BIFULCO, Robert; LADD, Helen F.** The impacts of charter schools on student achievement: Evidence from North Carolina. *Education Finance and Policy*, v. 1, n. 1, p. 50-90, 2006.
- BOVAIRD, Tony et al.** International survey evidence on user and community co-delivery of prevention activities relevant to public services and outcomes. *Public Management Review*, [S.l.], 2021.
- BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke.** We're all in this together: harnessing user and community co-production of public outcomes. In: BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke (ed.). Institute of Local Government Studies. Birmingham: University of Birmingham, 2013. Cap. 4
- CORPO, A.; HOGG, E.** Collective co-production in English public services: the case of voluntary action in primary education. *Voluntary Sector Review*, v. 13, n. 2, p. 243–259, 202
- COSTA, Maria Karolayne de Moura.** *A coprodução no serviço público educacional: suas fases e efeitos*. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2024.
- CRUZ, P. C.; BORJAS, M.; DE LA CALLE ARROYO, C.** Creation of the participant role of families in the educational community, when it is mediated by legislation: comparative study between Spain and Colombia. *Bordón: Revista de Pedagogía*, v. 75, n. 2, p. 49–66, 2023. DOI: 10.13042/Bordon.2023.95527
- DA SILVA, M.; DA SILVA, L. C. A.; BRAMBILLA, F. R.** Co-criação de valor: um estudo sobre qualidade de vida em uma universidade do sul do Brasil. *Revista de Administração da UFSM*, v. 13, n. 3, p. 655–674, 2020.
- DE MOURA COSTA, Maria Karolayne; TRINDADE CALDAS, Patrícia.** Além da via dupla do ensino: os efeitos da coprodução na educação. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 18, n. 3, 2024
- DONATO, D.; ALONSO, A. S.** Intervenção social participativa e transformadora com as mães de uma escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, e250041, 2020.
- ESTEBAN, M. B.** Children's participation, progressive autonomy, and agency for inclusive education in schools. *Social Inclusion*, v. 10, n. 2, p. 43–53, 2022. DOI: 10.17645/si.v10i2.4936. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/socialinclusion/article/view/4936>.
- FUENTES, Juan Luis; BELANDO-MONTORO, María R.** Redes sociales y otros canales digitales como medios de participación cívica: un estudio cualitativo de la juventud madrileña. *Foro de Educación*, v. 20, n. 1, p. 39–63, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361084909>
- FUGINI, Mariagrazia; BRACCI, Enrico; SICILIA, Manuel (Orgs.).** *Co-production in the public sector: experiences and challenges*. Cham: Springer, 2016.

- GALLI, Francesca; BRUNORI, Gianluca; DI IACOVO, Francesco; INNOCENTI, Silvia.** Co-Producing Sustainability: Involving Parents and Civil Society in the Governance of School Meal Services. A Case Study from Pisa, Italy. *Sustainability*, Basel, v. 6, n. 4, p. 1643–1666, abr. 2014. DOI: 10.3390/su6041643.
- GUIMARÃES, Gilson Pereira; COSTA, Patrícia Trindade Caldas; MOURA, Maria Karolayne de.** Juntos somos melhores: análise da coprodução nos serviços públicos educacionais em escolas de Campina Grande/PB. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 23, n. 3, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133885113>. Acesso em: 23 maio 2025.
- HUBER, Evelyne; GUNDERSON, Jason; STEPHENS, John D.** Private education and inequality in the knowledge economy. *Policy and Society*, v. 39, n. 2, p. 171–192, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/policyandsociety/article/39/2/171/6374351>.
- JESUS, A. F.; CASTRO, F. F.** Dados bibliográficos para o linked data: uma revisão sistemática de literatura. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, v. 13, n. 1, p. 45-55, 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/111607>. Acesso em: 24 maio 2025.
- LASALA-NAVARRO, Isabel; ETXEBARRIA-KORTABARRIA, Ion.** Participation at school: a not so distant utopia. A proposal framed in the Spanish education system. *Educare*, v. 24, n. 1, p. 213–230, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/EDUCARE/article/view/10530>.
- LLOYD, E.** Coprodução da política da primeira infância na Inglaterra sob o governo de coalizão. *London Review of Education*, v. 13, n. 2, p. 123-138, 2015.
- MORALES, J. A. B.** Juventude sem mundo: participação cívica online e em escola: explorando a filosofia de Arendt. *Revista Retratos da Escola*, v. 20, n. 1, p. 123–135, 2024
- NABATCHI, Tina; SANCINO, Alessandro; SICILIA, Maria Francesca.** Varieties of participation in public services: the who, when, and what of coproduction. *Public Administration Review*, [S.l.], v. 77, n. 5, p. 766-776, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12765>.
- OLIVEIRA, Vera Regina Martins de.** *Coprodução na Educação Pública: estudo de escolas públicas estaduais paulistas*. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-14112017-125400/>. Acesso em: 24 maio 2025.
- OSTROM, Elinor.** Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.
- PAGE, M. J. et al.** The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *Systematic Reviews*, v. 10, n. 89, 2021. Disponível em: <https://biomedcentral.com/articles/10.1186/s13643-021-01626-4>. Acesso em: 1 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4>.
- PESTOFF, V.** Co-production and third sector social services in Europe – some crucial conceptual issues. In: PESTOFF, V.; BRANDSEN, T.; VERSCHUERE, B. (Org.). *New public governance, the third sector and co-production*. Abingdon: Routledge, 2012. p. 50-83.
- PEVNAYA, Maria V.; TARASOVA, Anna N.; PROTASOV, Dmitry S.** Transformative agency of students as a resource to form civic consciousness in education system. *The Education and Science Journal*, v. 26, n. 4, p. 129–143, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/379976906>.
- POWER, Sally; FRANDJI, Daniel; VITALE, Philippe.** The cultural making of the citizen: a comparative analysis of school students' civic and political participation in France and

Wales. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, v. 51, n. 8, p. 1226–1240, 2021. Disponível em: <https://orca.cardiff.ac.uk/id/eprint/130176/>.

PUDLO, J. M.; ELLIS, W. C.; COLE, J. M. Coproduction as pedagogy: harnessing community data partnerships for the classroom. *PS: Political Science & Politics*, v. 55, n. 1, p. 182–187, 2022.

QEDU. *Censo escolar*. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2504009-campina-grande/censo-escolar>. Acesso em: 24 maio 2025.

REIS, Isabel E. Study on the Quality of Education in Schools of Peripheral Neighborhoods of Santiago de Chile: A Justice in the Face of Social Marginalization? *Revista de Educación*, v. 20, n. 1, p. 39–63, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361084909>.

RIVERA, R.; SANTOS, D. Civic and political participation of children and adolescents: a lifestyle analysis for positive youth developmental programs. *Children & Society*, v. 30, n. 1, p. 59–70, 2016. DOI: 10.1111/chso.12118

ROCHA, A. C. et al. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 19, n. 3, p. 538–551, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200110>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, João; TEIXEIRA, Maria. A participação dos usuários na coprodução de serviços educacionais: um estudo sobre o papel das famílias nas escolas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 345–367, 2018.

SOARES, G. F.; FARIAS, J. S. Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 2, p. 310–330, 2019.

SOARES, G. F.; FARIAS, J. S. Vem educar com a gente: o incentivo de governo e escolas à coprodução da educação por familiares de alunos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, n. 101, p. 1347–1371, 2018

SOUZA, F. A.; SCHOMMER, P. C. Coprodução em Conselhos Municipais de Educação: possibilidades para a coprodução do controle. *Linhas Críticas*, v. 29, e46460, 2023

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence: informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, v. 14, p. 207–222, 2003. Disponível em: <https://scirp.org/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1919940>. Acesso em: 7 set. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8551.00375>.

VENTURELLI, Érica Monteiro Cavalcante. *Coprodução em serviços educacionais no contexto de pandemia: um estudo da perspectiva de familiares e responsáveis por estudantes da educação fundamental privada*. 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

ZANCAJO, Adrián; VERGER, Antoni; FONTDEVILA, Clara. The instrumentation of public subsidies for private schools: Different regulatory models with concurrent equity implications. *European Educational Research Journal*, v. 21, n. 1, p. 3–23, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14749041211023339>.

ZHILTSOV, Nikolay A.; RUCHKINA, Gulnara F.; CHERDAKOV, Oleg I.; PLOTSKAYA, Olga A. Private Educational Organizations in Russia: Problems and Prospects. *European Journal of Contemporary Education*, v. 11, n. 4, p. 1298–1308, 2022. Disponível em: <https://ejce.cherkasgu.press/en/archive.html?journal=42&number=2022-12-28-16%3A20%3A16>.